



# rebrip

Rede brasileira  
pela integração  
dos povos

## **PRECISAMOS IMPEDIR O ACORDO NEOCOLONIAL MERCOSUL- UNIÃO EUROPEIA**

A REBRIP, diante de nova possibilidade de assinatura do Acordo entre o Mercosul e a União Europeia, alerta o governo brasileiro sobre os graves riscos de seguir adiante com essa negociação. Desde 1999 a Rebrip tem trabalhado incansavelmente para se opor as negociações de livre comércio e desde 2004, quando começaram formalmente as negociações deste acordo temos escrito inúmeras análises e posicionamentos, realizado incontáveis debates e reuniões com os negociadores brasileiros, e eventos públicos de oposição nos parlamentos e nas ruas das principais cidades do Mercosul e da União Europeia.

Ainda que saudemos a disposição do governo brasileiro para o diálogo com a sociedade civil desde 2023, e as tentativas dos negociadores de reduzir danos em relação aos textos finalizados em 2019, tais esforços não são suficientes. De fato, tem se buscado que, a partir do acordo, importantes políticas de desenvolvimento não sejam inviabilizadas, criando algumas defesas quanto à soberania de políticas públicas e algumas brechas para podermos avançar nelas. Todavia, são buscas para reduzir danos, mas não garantem a soberania necessária para levar adiante políticas amplas de desenvolvimento que alavanquem a industrialização do país, a redução drástica das desigualdades, e a defesa da agricultura familiar, hoje possíveis sem o acordo.

Entendemos que uma possível conclusão das negociações, mais uma vez, baseada em parâmetros desenhados na segunda metade da década de 1990, não toma em consideração as condições internacionais que mudaram radicalmente nesses trinta anos. Transformações importantes do ponto de vista tecnológico, ambiental e geopolítico alteraram o mundo e tornaram ultrapassado o texto do acordo, construído ao longo dessas quase três décadas de negociação. Quando o Presidente Lula durante o encontro de líderes no G20 enfatiza que “a globalização neoliberal fracassou” e os países do Norte se atrincheiram novamente no protecionismo nas suas economias, o acordo se mostra em todo o seu caráter neocolonial. Ele reforça a velha lógica da divisão internacional que nos ata ao papel de provedores de recursos naturais e matérias primas, assegurando estrategicamente o abastecimento de alimentos para a segurança alimentar da Europa (inclusive sacrificando seus próprios pequenos agricultores) e de minérios para a transição energética europeia.

Finalizar um acordo que incentiva as grandes corporações dos dois lados do Atlântico, ampliando ainda mais a concentração de renda, em benefício dos setores do agronegócio e da mineração do Mercosul, e da grande indústria transnacional, do setor financeiro e de serviços em geral da União Europeia, só vai agravar a situação.

Do outro lado, do lado dos perdedores, perfilam as maiorias sociais, os trabalhadores industriais, a agricultura familiar e os trabalhadores e pequenos empresários do setor de serviços do Mercosul, e os pequenos agricultores da União Europeia. O acordo, longe de resolver a questão distributiva no Mercosul e na União Europeia, agrava-a. Ao invés de reforçar os laços entre os povos de ambas as comunidades, o acordo amplia a concorrência e os conflitos.

Finalmente, vale observar que, desde o começo da negociação, o que se tentou construir foi um acordo de três pilares, em que o comércio deveria ter tanta importância quanto o diálogo político e a cooperação entre as partes. De novo, vemos agora pouco compromisso com esse equilíbrio entre os pilares. No afã de fazer funcionar o acordo comercial, tenta-se, do ponto de vista prático, desvinculá-lo do diálogo político e da cooperação. Esse tipo de comprometimento com um acordo meramente comercial inviabiliza qualquer compromisso de formar um vetor geopolítico em defesa da democracia, dos acordos climáticos e de um comércio regulado por instituições e acordos internacionais que os defensores do acordo no Brasil dizem estar buscando.

Rejeitamos um acordo que nos condene, enquanto povo e país, à velha ordem colonial. Rejeitamos um acordo que se atenha aos velhos dogmas do livre comércio. Rejeitamos um acordo que não busque construir um mundo novo, baseado na redução das desigualdades, na defesa da democracia, de um multilateralismo equilibrado e na defesa da preservação do meio-ambiente.

Queremos um país soberano, com desenvolvimento justo e ambientalmente sustentável, e com emprego de qualidade para homens e mulheres.

## **NÃO ao ACORDO Mercosul – União Europeia**

Rio de Janeiro, 21/11/2024